

Prefeitura Municipal de Uauá

Resolução



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente UAUÁ – BAHIA

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, nos termos do Art. 88, inciso II, da Lei Federal 8.069/90 e Lei Municipal nº 381/09. Considerando as deliberações da plenária do CMDCA, na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de Março de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º – Atestar a matrícula na Rede Municipal de Ensino de 98 (noventa e oito) alunos com deficiência frequentando as salas de aulas regulares e salas de recursos multifuncionais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Uauá 23 de março de 2016.

Rosa Maria Dantas Varjão
Presidente

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal do Direitos da Criança e Adolescente UAUÁ – BAHIA

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

RESOLUÇÃO Nº 05/2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, nos termos do Art. 88, inciso II, da Lei Federal 8.069/90 e Lei Municipal nº 381/09. Considerando as deliberações da plenária do CMDCA, na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 30 de Março de 2016.

CONSIDERANDO

Disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição;

CONSIDERANDO

Disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e IV do art. 88; art. 260, caput e §§ 2º, 3º e 4º e no parágrafo único do art. 261, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e no inciso I do parágrafo único do art. 2º, do Decreto nº 5.089, de 2004;

CONSIDERANDO

Dispostos nos incisos II, §§ 2º, 3º e 4º, do art. 3º; art. 7º e art. 8º, da Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012; e

CONSIDERANDO

Os princípios, as diretrizes e as normativas que estabeleceram o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE como política pública, de caráter intersetorial, destinada especificamente ao adolescente que pratique ato infracional,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de Uauá-Bahia que prevê ações articuladas, para os próximos 10 (dez) anos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte para os adolescentes que encontram-se em cumprimento de medidas socioeducativas, e apresenta as diretrizes e o modelo de gestão do atendimento socioeducativo.

Art. 2º - O prazo para revisão do Plano será anualmente;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Uauá 30 de março de 2016.

Rosa Maria Dantas Varjão
Presidente

Prefeitura Municipal de Uauá



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente UAUÁ – BAHIA

(Instituído pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 381/2009)

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, nos termos do Art. 88, inciso II, da Lei Federal 8.069/90 e Lei Municipal nº 381/09. Considerando as deliberações da plenária do CMDCA, na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 30 de Março de 2016.

CONSIDERANDO

O princípio da prioridade absoluta e a proteção integral a criança previsto no art.1º e 4º Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do adolescente;

CONSIDERANDO

Que este Plano regula e norteia a execução da Política Municipal, na perspectiva da implementação das políticas públicas que venham a efetivar esses direitos através de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que têm como principais prioridades: a proteção integral de crianças na PRIMEIRA INFÂNCIA, a atenção integral à suas famílias e seus membros, e no contexto geral a integração das políticas públicas sociais e econômicas.

CONSIDERANDO

As diretrizes gerais do Plano Nacional pela Primeira Infância que institui normas e orientações para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Uauá-Bahia 2016/2026, que norteia o Marco Referencial da Política Municipal pela Primeira Infância em consonância com as normas vigentes.

Art. 2º - O prazo para revisão do Plano será anualmente;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Uauá 30 de março de 2016.

Rosa Maria Dantas Varjão
Presidente